



## ***Câmara Municipal de Campo Magro*** ***Estado do Paraná***

### **PARECER**

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 008/2023. “Dispõe sobre a instalação de Câmeras de segurança de monitoramento de segurança e botão de pânico nas Escolas Municipais.”**

### **RELATÓRIO**

Cuida o presente, de Projeto de Lei nº 008/2023, que tem por objetivo a instalação de câmeras de monitoramento de segurança e botão de pânico nas escolas públicas municipais.

O projeto teve regular trâmite dentro da Câmara Municipal, foi encaminhada cópia para a procuradoria se manifestar acerca do mesmo, no sentido de auxiliar os componentes da Comissão a exarar seu parecer.

Após exame da matéria, após consulta a assessoria jurídica da Casa, o Relator apresentou seu voto, que segue anexo a este parecer.

### **VOTO DO RELATOR**

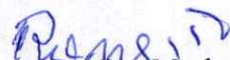
**Pela admissibilidade da proposição.**

### **PARECER DA COMISSÃO:**


**Pela admissibilidade total da proposição.**

Publique-se e encaminhe-se a matéria a Secretaria

Geral para Providências.

  
Ronés Ribas Machado  
Presidente

  
Professor Valdir Costa  
Relator

  
Roberto Leal  
membro



## ***Câmara Municipal de Campo Magro*** ***Estado do Paraná***

### **VOTO DO RELATOR**

Senhores Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Campo Magro. Manifesto-me favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei nº 008/2023, e passo a explicar as razões deste entendimento adiante.

Nos termos do artigo 27 do Regimento Interno, esta Comissão tem a incumbência de, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

Verifico que o projeto de lei apresentado está dentro da esfera de competências do Chefe do Executivo e sua matéria não confronta com a legalidade e constitucionalidade, pois já foi analisado pela CCJ, que emitiu parecer favorável.


Verifico que o projeto de lei apresentado está dentro da esfera de competências do Chefe do Executivo e sua matéria não confronta com a legalidade e constitucionalidade.

Portanto, eu opino pela admissibilidade total da proposição devendo o Projeto ser, após a sua tramitação nesta Comissão ser remetido às demais pertinentes.

Conclusão:

Diante de todos os fundamentos supra, manifesto-me pela admissibilidade da proposição.

Campo Magro, 19 de abril de 2023

  
**PROFESSOR VALDIR COSTA**  
VEREADOR  
Relator